

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: como identificar esse problema?

David Lopes Brocanelle

Bacharel em Gestão Pública (UFMG), Especialista em Segurança Pública pela Polícia Militar de Minas Gerais.

Paulo Tiego Gomes de Oliveira

Bacharel em Direito (UNIVERSO) e em Ciências Sociais (PUCMG). Especialista em Educação (UFMG) e Direito Penal (Fac.Batista). Mestre em Ciências Sociais (PUCMG). Doutorando em Educação (UFMG).

Resumo: Os agentes do serviço de Inteligência de Segurança Pública têm a função de identificar se uma informação é falsa ou verdadeira e assessorar os tomadores de decisão que muitas vezes precisam dar uma resposta rápida a uma determinada situação. Para compreender adequadamente o fenômeno da desinformação, é preciso levar em conta fatores técnicos, sociais, econômicos e psicológicos diversos que condicionam a elaboração e o acesso de conteúdo desinformativo no contexto das novas mídias sociais. Essas mídias sociais são responsáveis pela disponibilidade ampla de tecnologias de edição e publicação de conteúdos textuais, visuais, em áudio e audiovisuais. Sendo assim, esse artigo buscou, por meio de uma pesquisa bibliográfica exploratória, autores que tratam dos seguintes assuntos: desinformação, fake news, atividade de inteligência e serviço de inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais. Foi feito o uso da metodologia quantitativa por meio da aplicação de questionário aos agentes de segurança pública da Polícia Militar de Minas Gerais, de modo a mensurar como esses profissionais, ao tomarem conhecimento de uma determinada informação, conseguem avaliar se é uma desinformação ou fake news. Por fim, detectamos que o profissional de inteligência repassa informação sem realizar corretamente a Técnica de Avaliação de Dados.

Palavras-chave: Desinformação. Fake News. Serviço de Inteligência. Inteligência Policial. Técnica de Avaliação de Dados.

Abstract: The agents of the Public Security Intelligence service have the function of identifying information that is false or true and evaluating decision makers that are often necessary or a quick response to a specific situation. To understand the phenomenon of disinformation, it is necessary to take into account various technical, social, economic and psychological factors that condition the creation and access to the disinformative content in the context of new social media. These social media are responsible for the availability of technologies for editing and publishing textual, visual, audio and audiovisual content. Therefore, this article is sought through an exploratory bibliographic search by authors who deal with the following subjects: disinformation, false news, intelligence activity, intelligence service of the Military Police of Minas Gerais. The use of quantitative methodology was made through the application of a questionnaire to the public security agents of the Military Police of Minas Gerais, in order to measure how these professionals, to learn about specific information, assess whether it is misinformation or Fake News. Finally, we detect that the intelligence professional passes on information without correctly performing the Data Evaluation Technique.

Keywords: Misinformation. Fake News. Intelligence Service. Intelligence Military Police. Data Evaluation Technique.

INTRODUÇÃO

Os órgãos de Segurança Pública têm um papel importante no cenário nacional, desde a garantia da ordem pública à

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: COMO IDENTIFICAR ESSE PROBLEMA

segurança das informações. Na atividade de inteligência, é necessário transformar informações e acontecimentos em conhecimento confiável, principalmente para aqueles que fazem parte do sistema de inteligência de segurança pública, pois são responsáveis por assessorar os tomadores de decisão.

Com o aumento do acesso às informações, antes restritas a um pequeno grupo de pessoas, seja por meio da internet, televisão ou mídia escrita, é possível gerar um caos simplesmente com publicações de boatos nas redes sociais. A título de exemplo, cita-se uma possível paralisação dos caminhoneiros pelo Brasil¹ que levou pessoas a abastecerem seus veículos a fim de evitar um desabastecimento que uma nova greve poderia causar, isso elevou substancialmente o preço da gasolina. Tal fato gerou uma onda de desinformação e notícias falsas (*fake news*) em todo o Brasil, causando impacto na ordem pública. Sendo assim, os profissionais de Inteligência de Segurança Pública têm a função de identificar se uma informação é falsa ou verdadeira e assessorar os tomadores de decisão que, muitas vezes, precisam dar uma resposta rápida à determinada situação.

Para compreender adequadamente o fenômeno da desinformação, é preciso levar em conta diversos fatores técnicos, sociais, econômicos e psicológicos que condicionam a elaboração e o acesso de conteúdo desinformativo no contexto das novas mídias sociais pela disponibilidade ampla de tecnologias de edição e publicação de conteúdos textuais, visuais, em áudio ou audiovisuais (DELMAZO, 2018).

¹Boato sobre nova greve de caminhoneiros. Disponível em: <http://www.radiocidadecaratinga.com.br/2018/09/03/boato-sobre-nova-greve-de-caminhoneiros-leva-milhares-de-consumidores-aos-postos-de-gasolina/Acesso em: 10 set. 2019.>

Cepik (2003) define os serviços de inteligência como agências governamentais incumbidas de coletar, analisar e divulgar informações que sejam essenciais para o processo de avaliação ou implementação de uma política pública.

Essas informações seriam voltadas às áreas de políticas externas, internas, defesa nacional e ordem pública. A definição supracitada é um dos principais lemas do serviço de inteligência brasileiro que, a todo o momento, busca assessorar, de forma clara e precisa, os tomadores de decisão. Além disso, Cepik traz a seguinte definição para inteligência:

Inteligência é toda informação coletada, organizada ou analisada para atender as demandas de um tomador de decisões qualquer. Para a ciência da informação, inteligência é uma camada específica de agregação e tratamento analítico em uma pirâmide informacional, formada, na base, por dados brutos e, no vértice, por conhecimentos reflexivos (CEPIK, 2003, p. 27-28).

Cepik e Ambros (2012) afirmam, ainda, que a inteligência é uma atividade estatal que tem como finalidade o assessoramento de políticas públicas voltadas para áreas de defesa, ordem pública e diplomacia. Sendo assim, o agente de inteligência de segurança pública deve, a todo o momento, estar atento a possíveis ameaças à paz social, dentre elas a desinformação, como problema chave para a segurança pública no Brasil.

A inteligência trabalha com uma específica forma de incerteza, com fragmentos de acontecimentos e intenções muitas vezes ocultas e não-declaradas, e necessita transformar esses dados dispersos em um conhecimento preciso, verdadeiro e confiável (KRAEMER, 2015 *Apud* AGRELL, 2002, p. 5).

Nesse contexto, os profissionais de Inteligência de Segurança

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: COMO IDENTIFICAR ESSE PROBLEMA

Pública devem ser capazes de identificar o que é uma desinformação e como ela pode influenciar no assessoramento dos tomadores de decisão, pois a sociedade vem transformando-se de forma rápida e, a cada momento, "[...] surgem novos interesses, novas demandas, novos crimes, ou seja, conflitos antes inexistentes se tornam cada vez mais comuns, necessitando de modernização e adaptação nas mais diversas esferas [...]" (LEHMANN, 2008, p. 540).

Baseado nesse cenário, os órgãos de segurança pública são obrigados a modernizar seus equipamentos, técnicas e seu modo de ver e refletir as lutas diárias contra a criminalidade. O profissional de Inteligência de Segurança Pública deve, a todo o momento, ter um cuidado especial na coleta e tratamento das informações: saber identificar sua veracidade passa a ser um desafio diário. Não cair no círculo vicioso que a desinformação pode gerar hoje é o grande obstáculo para o profissional voltado ao campo da inteligência de segurança pública.

Na era da informação, um indivíduo pode, por meio de um "*click*" na internet, obter determinada informação em questão de segundos, pois "[...] hoje existe uma diversidade de dados disponíveis capazes de auxiliar a atividade de inteligência [...]" (LEITE, 2014, p.11), porém cabe a pergunta: as informações são de qualidade? Pode-se confiar na fonte dos dados coletados e apresentados?

Segundo Kraemer (2015), um bom analista de inteligência deve selecionar os dados, avaliar, interpretar e entregar, além de utilizar os dados negados oriundos das operações de inteligência, completando assim o conjunto de informações necessárias para o assessoramento do tomador de decisão.

Por outro lado, o acesso a diversas informações de forma rápida, principalmente pelas redes sociais, tem contribuído para o aumento da desinformação e a disseminação de *fake news*.

Nas políticas públicas de segurança da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), destaca-se a Política Nacional de Inteligência (PNI)², que tem como finalidade orientar as atividades de inteligência e, dentre elas, há uma preocupação com a propagação de desinformação, vulgarmente conhecida na atualidade com *fake news*.

A informação tem conotação precisa, indica um contexto, origem e é indicada de forma direta e sem deturpação (VALENTIM, 2002). Todavia, a desinformação é a informação distorcida, deturpada fora de contexto e sentido, com uso de fontes construídas aleatoriamente (BRITO e PINHEIRO, 2017). Já a expressão Fake News é uma ideia reducionista e, via de regra, é usada por revistas, jornais, mídias e pessoas públicas com o intuito de chamar a atenção para uma determinada questão, provocando uma desordem informacional.

Essa pesquisa tem como objetivo responder a seguinte pergunta: como o Profissional de Inteligência de Segurança Pública, policial militar, identifica uma desinformação ou fake news e quais os meios disponíveis que esse policial tem para checar sua veracidade? Para tanto, partimos da hipótese de que o agente de inteligência, ao receber uma informação via rede sociais, não avalia a fonte e o conteúdo das informações ao repassá-las, pois quando recebe a informação parte-se do princípio que ela foi "checada" por outros agentes. Sendo assim, há repasse do que é recebido via rede social antes de avaliar a fonte e o conteúdo, mesmo sendo o agente um conhecedor da técnica de avaliação de dados (TAD).

Nesse sentido, este artigo procurará apresentar uma pesquisa que resulte em possíveis orientações para os profissionais de

²Política Nacional de Inteligência. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/acessoinformacao/legislacao-de-inteligencia/coletanea-de-legislacao/politica-nacional-de-inteligencia/>Acesso em 10 de set. 2019.

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: COMO IDENTIFICAR ESSE PROBLEMA

Inteligência de Segurança Pública, no sentido de identificar e diferenciar uma desinformação ou *fake news*, no processo de análise do conhecimento para um assessoramento de qualidade aos tomadores de decisão. Isso ocorrerá por meio de pesquisa bibliográfica exploratória de autores que tratam sobre os assuntos: desinformação, *fake news*, atividade de inteligência e serviço de inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais.

Por meio de pesquisa quantitativa, utilizando-se de questionário fechado (pesquisa *online*) aplicado a policiais militares da inteligência de segurança pública da Polícia Militar de Minas Gerais, objetivou-se mensurar como esses profissionais agem ao tomar conhecimento de uma determinada informação e se conferem a veracidade por meio da técnica de avaliação de dados ou continuam propagando desinformação ou *fake news*.

1 ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E INTELIGÊNCIA SEGURANÇA PÚBLICA

Para Ferreira (2018), a atividade de inteligência parte do princípio da busca e análise de elementos e fatos, com a finalidade de produzir informações relevantes para o tomador de decisão.

Até mesmo na Bíblia (1993), é possível encontrar alguns casos que remetem à atividade de inteligência. Numa passagem descrita no livro de Números, Moisés, líder do povo Israelita, enviou à Canaã espiões a fim de obter o maior número de informações do local a ser explorado. Josué, substituto de Moisés, tomou a mesma atitude ao enviar dois espiões, à cidade de Jericó, a fim de buscar dados sobre aquela cidade.

Histórias narradas nas Escrituras Sagradas mostram que a atividade de inteligência já era utilizada há séculos. No livro a Arte da Guerra, o General Sun Tzu (2006) tinha como premissa que os espiões possuíam papel importante na batalha, pois as informações repassadas por eles davam conhecimentos

importantes para movimentar o exército de forma estratégica.

A atividade de inteligência teve origem em tempos longínquos e era usada por instituições militares a fim de obter conhecimento sobre as armas utilizadas por seus inimigos, modo de ação e as técnicas empregadas. Tinha como objetivo o assessoramento sobre quais estratégias militares deveriam ser tomadas, prevendo assim as reações do inimigo: seu fim era para sua autoproteção (ALCÂNTARA, 2011).

No Brasil, a atividade de inteligência ganhou destaque principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Com a vitória dos aliados, houve uma nova disputa política, ideológica e expansionista entre os Estados Unidos da América e a União dos Estados Socialistas Soviéticos, surgindo assim a Guerra fria. Com temor do crescimento do comunismo pelo mundo, os Estados Unidos apoiaram os sistemas de governos autoritários na América Latina. Dessa forma, países como Argentina, Chile e Brasil seguiram à risca o modelo Americano (FIGUEIREDO, 2005).

Os Militares, por sua vez, para se manterem no poder, souberam usar os conhecimentos estratégicos, ou seja, fortaleceram os serviços de inteligência pelo Brasil, com a publicação da Lei n. 4.341, em 13 de junho de 1964, que instituiu o Serviço Nacional de Informação (SNI). Este tinha como objetivo coordenar, em todo território nacional, as redes de informações e contrainformações que eram utilizadas para neutralizar opositores políticos e ideológicos, além de combater insurgentes terroristas, mantendo assim o Estado e a sociedade protegidos contra o comunismo (FIGUEIREDO, 2005).

Com o esgotamento do comunismo soviético, na década de oitenta, foi aberto caminho para o fim dos regimes autoritários da América Latina. No Brasil, ocorreu, de forma gradual, a abertura política para a redemocratização, o que acarretou a promulgação de uma nova constituição conhecida como Constituição Cidadã.

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: COMO IDENTIFICAR ESSE PROBLEMA

2 INTELIGÊNCIA E CONTRAINTELIGÊNCIA

Segundo a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), a atividade de inteligência está relacionada à inteligência³ e contrainteligência⁴. Para a ABIN, inteligência é a busca de informações pertinentes a uma compreensão de cenários do passado e do presente para melhor entender como se darão cenários futuros. Sua principal função é assessorar o tomador de decisão com informações relevantes e específicas. Para tanto, utiliza-se "instrumentos de obtenção e análise de dados disponíveis nas diversas áreas do conhecimento" (BRASIL, 2019a).

Os agentes de inteligência utilizam metodologias e técnicas especializadas, possuem acesso a dados e informações que não estão disponíveis para a população e pesquisadores, pois essas informações são protegidas. Essas ações, porém, devem ser realizadas dentro do princípio da legalidade. Já o tratamento das informações e a avaliação dos dados passam por avaliações metodológicas peculiares de produção de conhecimento de inteligência, permitindo ao analista de inteligência uma percepção dos fatos e a construção de conjunturas para o assessoramento dos tomadores de decisões (BRASIL, 2019a).

Gonçalves (2018, p.32) define inteligência como o processamento de uma matéria bruta, utilizando de metodologias próprias, através de fontes sigilosas ou abertas com um único propósito: assessoramento nos processos decisórios nos seus vários níveis.

³ABIN, Inteligência. Agência Brasileira de Inteligência. Disponível em: Site <http://www.abin.gov.br/atividadeinteligencia/inteligenciaecontrainteligencia/inteligencia/> Acesso em: 02 set. 2019.

⁴ABIN, Contrainteligência. Agência Brasileira de Inteligência. Disponível em: Site <http://www.abin.gov.br/atividadeinteligencia/inteligenciaecontrainteligenciaecontrainteligencia/> Acesso em: 02 set. 2019.

Dentro da inteligência, há diferentes categorias, tais como: "inteligência militar, inteligência policial ou criminal, inteligência financeira, inteligência fiscal, inteligência competitiva, inteligência estratégica e inteligência de Estado (Externa e Doméstica)". Ou seja, a inteligência coleta informações em diferentes campos: político, militar, científico e técnico, sociológico, econômico e ambiental. Porém, o conhecimento produzido deve ser protegido. Para isto, a contrainteligência tem um papel importante, pois busca proteger dados, conhecimentos, infraestruturas sensíveis, comunicação, transportes, tecnologias de informação além de informações sigilosas de importância para a sociedade e Estado Brasileiro (BRASIL, 2019b). Seu objetivo principal é a defesa contra os riscos de uma espionagem, sabotagem, vazamento de informação e o terrorismo praticados por órgãos, grupos ou governo externos (BRASIL, 2019b).

A metodologia utilizada pela contrainteligência está em desenvolver medidas para prevenção, identificação, bloqueio e a paralisação de ameaças aos interesses nacionais. Na prevenção, são utilizados meios para sensibilizar, orientar e capacitar instituições de carácter estratégico na proteção de ativos de interesse do Estado, desenvolvendo ações, comportamentos e regras de segurança. Já na localização, obstrução e paralisação, a contrainteligência utiliza ações especializadas de recursos humanos e tecnológicos no intuito de impedir possíveis ameaças contra a sociedade brasileira (BRASIL, 2019a).

A contrainteligência parte de uma modalidade específica da inteligência que está voltada ao controle de ameaças vindas de operações de inteligência de serviços estrangeiros, ou seja, "tem por objetivo neutralizar a inteligência adversa e salvaguardar o conhecimento produzido" (GONÇALVES 2018, p. 89).

Há medidas de contrainteligência que devem ser observadas pelos agentes de inteligência, pois o papel da contrainteligência será a produção de "conhecimentos para neutralizar ações

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: COMO IDENTIFICAR ESSE PROBLEMA

adversas, e proteger a atividade e a instituição que pertence", (PARANÁ, 2019), para isso é utilizada a Segurança Orgânica (SEGOR) e a Segurança Ativa (SEGAT).

A Segurança Orgânica (defensiva) busca impedir que outras pessoas ou instituições antagônicas, que tenham interesse em obter dados protegidos, acessem informações. Cabe a ela neutralizar com ações externas e internas. Já a segurança ativa (ofensiva) busca detectar, identificar, avaliar, analisar e neutralizar os riscos de segurança da instituição, ou seja quando uma organização falha ela é ativa, cabendo à contrainteligência alertar o perigo que a organização está exposta. Para isso, são utilizadas medidas de contraespionagem, contrapropaganda e desinformação (GONÇALVES, 2018, PARANÁ, 2019). Nesse contexto, o serviço de inteligência usa medidas de contrainteligência para neutralizar ações de desinformação e as *fake news* propagadas por agentes externos ou internos, conforme propõe Gonçalves (2018).

3 DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS

O Comitê de Segurança do Estado (KGB)⁵, serviço secreto soviético, utilizou em suas operações de técnicas dissimuladas, principalmente após a Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, "propaganda dissimulada (isto é, falsamente atribuída), operações com agentes de influência e desinformação oral e escrita (incluindo falsificação)." (SHULTZ e GODSON, 1984, p.37). Para obter êxito nas suas ações, a KGB utilizava de duas táticas. A primeira era a publicação oculta de matérias de interesse do Estado em jornais internacionais, dando credibilidade a um material que não teria como ter a fonte checada. A segunda

⁵"KGB é a sigla em russo de Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti cujo significado em português é Comitê de Segurança do Estado. O KGB era a principal organização de serviços secretos da ex-União Soviética, que esteve em funcionamento entre 13 de Março de 1954 e 6 de Novembro de 1991". Disponível em: <https://www.significados.com.br/kgb/> Acesso em: 13 de set. de 2019

técnica utilizada envolvia agentes de influência que tinham como objetivo propagar uma imagem positiva em círculos governamentais, políticos, jornalísticos, financeiros, trabalhistas e universitários. Em troca, eles recebiam ajuda para suas atividades particulares. (SHULTZ e GODSON, 1984, p.37).

Os soviéticos usam o termo *dezinformatsia*⁶ como sendo "medida ativa", ou seja, uma modalidade de técnica de desinformação. Porém, tanto a KGB quanto a Agência Central de Inteligência (CIA)⁷ interpretavam de forma divergente o termo.

Para a CIA, desinformação "é a informação falsa, incompleta ou confusa, passada, enriquecida ou confirmada em relação a um país, a um grupo ou a um indivíduo em mira" (SHULTZ e GODSON, 1984, p.42). Já o serviço soviético entendia que:

A desinformação estratégica auxilia a execução de tarefas do governo e é direcionada para confundir o inimigo quanto às questões básicas da política do governo, à situação econômica-militar e quando às conquistas técnicas e científicas da União Soviética; à política de certos governos imperialistas entre si, e com relação a outros países; e às funções específicas da contrainformação dos órgãos de segurança do Estado (SHULTZ e GODSON, 1984, p.42).

⁶*Dezinformatsia*: Medidas ativas na estratégia soviética, desinformação era a guerra de informação usada pela KGB durante o período da União Soviética, como parte de suas táticas de medidas ativas. (Traduzido pelo Google tradutor) Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Dezinformatsia_\(book\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Dezinformatsia_(book)) Acesso em 12 set. 2019.

⁷Agência Central de Inteligência, (CIA), do governo dos EUA é responsável por investigar e fornecer informações de segurança nacional. Também se engaja em atividades secretas, a pedido do presidente dos Estados Unidos.. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/espionagem-cibernetica> Acesso em: 12 set. 2019.

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: COMO IDENTIFICAR ESSE PROBLEMA

Ainda para Shultz e Godson, (1984), essas definições contêm falhas, apesar de serem úteis. Uma desinformação geralmente tem como alvo os tomadores de decisão ou uma população-alvo. Sendo assim, eles entendem que uma desinformação pode ser definida de forma direta ou disfarçada (secreta) com o intuito de passar uma mensagem com conteúdo falso e errôneo de forma intencional. Geralmente, tem como alvo as elites estrangeiras governamentais ou não.

Desinformação direta é uma interlocução não-simbólica ou falsamente simbólica, escrita ou oral, que contém informação incompleta, enganadora ou intencionalmente falsa, (frequentemente combinada com a informação verdadeira), que tente enganar, informa mal e/ou confundir o alvo. (SHULTZ e GODSON, 1984, p.42).

Já a desinformação disfarçada (secreta) usualmente é utilizada de forma exclusiva e distinta. "Esta técnica pode ser ampliada com rumores, falsificações, ações políticas que podem ser manipuladas, agentes de influência, organizações de fachada e outros artifícios." Portanto, seu objetivo é fazer com que o "alvo" confie na autenticidade do material apresentado e por conseguinte possa "[...] agir no interesse da nação que executou a operação de desinformação" (SHULTZ e GODSON, 1984, p.43).

Apesar de haver estudos sobre qualidade da informação, há poucos estudos acerca da desinformação e os seus múltiplos significados, segundo Pinheiro e Brito (2014, p.1). Para esses autores, nas redes digitais com grande volume de dados, verdade e mentira se sobrepõem e se alteram a cada instante. Diversas pesquisas científicas e grandes canais de comunicação têm "associado o termo desinformação com o estado de ignorância ou de ausência de informação". Portanto, desinformação parte do pressuposto da "ausência de cultura ou de competência informacional, impossibilidade que o usuário localize por si

mesmo a informação que necessita, não chegando, portanto, às suas próprias conclusões." O indivíduo sujeito à desinformação estaria acessando subinformação, isto é, a informação inacabada ou limitada. Sendo assim, estar desinformado é o mesmo que estar privado de informações, o que afetaria a subsistência do indivíduo em um grupo dito como informacional. (PINHEIRO e BRITO, 2014).

Para Gonçalves (2018, p.124), "o maior problema do analista ao lidar com fontes abertas é exatamente identificar o que é relevante, processar toda essa informação e extrair daí um conhecimento de inteligência [...]". Nesse sentido, o uso da internet como meio de obtenção de conhecimento e de sua propagação em meio ao grande volume de dados torna-se um desafio, pois nem toda informação disponível é aproveitável para a produção de conhecimento de inteligência.

Segundo Hamada (2011), redes sociais são uma mescla de contatos que as pessoas fazem, entre si ou entre grupos sociais, com o objetivo de proporcionar a circulação de informações repassadas, debatidas e discutidas, formando assim espécies de estruturas sociais. Isso torna a comunicação rápida, sem obstáculos, proveitosa e prazerosa para os usuários. O uso sistemático das redes sociais, pelos agentes de inteligência de segurança pública, possibilita maior agilidade no envio e recebimento de informações. O profissional de inteligência, a todo momento, depara-se com mensagens que porventura serão utilizadas na produção do conhecimento e assessoramento dos tomadores de decisão. É necessário, portanto, saber distinguir se a informação recebida via redes sociais tem credibilidade ou não.

Segundo Trasel, (2018) a expressão "*fake news*" foi utilizada por um profissional de um jornal americano em 2014 quando houve deparo com uma notícia falsa sobre uma cidade que estaria em quarentena em decorrência de uma família ter contraído o

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: COMO IDENTIFICAR ESSE PROBLEMA

vírus Ebola. Já nas eleições presidenciais do Estados Unidos em 2016, o termo "*fake news*" foi apropriado pelo então candidato Donald Trump e seus apoiadores. Qualquer notícia veiculada contra o candidato, mesmo as consideradas verdadeiras, eram consideradas como falsa por eles.

As notícias falsas podem ser descritas, então, como um tipo específico de desinformação, que assume a aparência de produtos jornalísticos para se aproveitar da credibilidade conferida pela sociedade ao trabalho de reportagem e à mídia (TRASEL, 2018, p.71).

Sendo assim, o uso de textos falaciosos, na medida em que são distribuídos ou repassados via redes sociais, com aspecto de notícia, são capazes de influenciar várias pessoas. A propagação de notícias falsas (*fake news*) pela internet atualmente é um grande problema enfrentado pelos provedores de conteúdo nas redes sociais. A manipulação, por atores maliciosos, contribui para o aumento sistemático da vulnerabilidade de indivíduos, instituições e da sociedade, segundo Delmazo e Valente (2018).

Mendes, Doneda e Bachur, (2018, p.131) entendem que:

Fake news: informações propositalmente manipuladas e distorcidas, que circulam nas redes sociais de forma agressiva por força do recurso a tecnologias que automatizam a produção e reprodução de conteúdo (postagens, "likes", comentários etc.), a partir de uma estratégia central cujo escopo é influenciar a formação coletiva da vontade em prol de uma determinada bandeira política.

Para combater a propagação das "*fake news*", busca-se fazer uma checagem dos fatos. Usualmente é utilizado o termo *fact*

*checking*⁸, que seria a checagem de fatos, quando o responsável por esse trabalho busca "verificar afirmações de políticos ou a veracidade de vídeos, imagens, áudios e textos divulgados em redes sociais" (TRASEL, 2018, p.72). Além da checagem dos fatos, no caso específico da Inteligência, tem-se à disposição a Técnica de Avaliação de Dados (TAD) que geralmente é utilizada para julgar o conteúdo e a fonte de uma informação.

4 TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DE DADOS

Segundo o Manual do Exército Brasileiro (BRASIL, 2019c), o serviço de inteligência segue uma metodologia específica para avaliar a produção do conhecimento denominada técnica de avaliação de dados (TAD).

Sendo assim o termo dados é entendido como toda e qualquer reprodução de acontecimentos ou cenário "por meio de documento, fotografia, gravação, relato, sensores eletrônicos de vigilância, carta topográfica ou digital e outros meios, são submetidas à metodologia para a produção de conhecimento de inteligência" (BRASIL, 2019c, p.2-16).

Os agentes de inteligência utilizam-se da TAD para avaliar a credibilidade de um dado. Esse procedimento é peça chave para produção de conhecimento de inteligência. Ao aplicar a Metodologia TAD, deve-se estabelecer um grau de credibilidade que, dependendo do seu valor, poderá ser usado nos diversos tipos de produção dos conhecimentos de inteligência. Nesse caso, o analista somente pode usar os dados que tiveram uma

⁸"*Fact-checking* é, na tradução literal para o português, checagem de fatos. Portanto, o ofício de conferir a veracidade das informações, confirmar se são 100% verdades, se contêm algum exagero, dado inflado ou diminuído, a fonte de certa, o método de coleta de um dado ou estatística, etc. Disponível em: <https://www.politize.com.br/checagem-de-fatos/> Acesso em: 16 set. 2019.

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: COMO IDENTIFICAR ESSE PROBLEMA

avaliação acerca da sua credibilidade. O entendimento do emprego da TAD depende de como ocorre a interlocução do dado “entre a fonte (emissor) e o destinatário” (BRASIL, 2019c, p.2-17).

Entende-se como fonte de dado tudo aquilo que contém, gera ou capta um dado. Fonte é entendida como qualquer “pessoa, grupo, organização, documento, foto, vídeo, instalação, equipamento e qualquer outro elemento do qual se possa extrair dados de interesse para a inteligência” (BRASIL, 2019c, p.2-17).

O avaliador, por conhecer a TAD, estaria habilitado para definir a credibilidade do dado. Entretanto, pode haver um elemento intermediário entre a fonte e o avaliador, conhecido como canal de transmissão, que tem capacidade de captar, gravar e detalhar uma situação ou fato. Logo, o avaliador deve considerar como o dado chegou ao seu conhecimento e se foi direto da fonte ou por meio de um canal transmissor (intermediário). Caso se tenha recebido o dado por um canal intermediário, deverá ser avaliada a fonte e julgado o canal transmissor como fonte a fim de dar maior credibilidade à avaliação (BRASIL, 2019c, p.2-17).

Para estabelecer o grau de idoneidade de uma fonte, é preciso fazer o julgamento acerca da autenticidade, confiança e competência. Já para o julgamento do conteúdo, é preciso estabelecer o grau de veracidade do conteúdo do dado, a partir de três pontos: semelhança, coerência e compatibilidade (BRASIL 2019c, p.2-17).

Ao juntar os dados obtidos no julgamento da fonte e do conteúdo, o analista se depara com o código de avaliação de dados, conforme as duas colunas da tabela julgamento da fonte e conteúdo.

Quadro 1 - Julgamento da Fonte e Conteúdo.

Julgamento da Fonte	Julgamento do conteúdo
A - Inteiramente idônea	1 - Confrimado por outras fontes
B - normalmente idônea	2 - Provavelmente verdadeiro
C - Regularmente idônea	3 - Possivelmente verdadeiro
D - Normalmente inidônea	4 - Duvidoso
E - Inidônea	5 - Improvável
F - A idoneidade não pode ser avaliada	6 - A veracidade não pode ser avaliada

Fonte: Manual técnico Produção do Conhecimento de Inteligência (Brasil, 2019c).

Com os dados da tabela acima, o agente de inteligência terá condições de avaliar, de forma distinta, o julgamento da fonte e do conteúdo. Nesse sentido, foi aplicado questionário a uma amostra de integrantes do SIPOM cujos quesitos estão relacionados com a TAD e serão apresentados na próxima seção.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Após pesquisa bibliográfica exploratória para formação da teoria de base sobre o tema, foi realizada pesquisa quantitativa (GIL, 2002), por meio de questionário aplicado a uma amostra de profissionais de inteligência. Tal questionário teve como objetivo identificar como o agente de inteligência de segurança pública do SIPOM lida com uma desinformação ou *fake news*, se há o hábito de repassar um conteúdo antes de avaliá-lo e, principalmente, para responder a pergunta problema dessa pesquisa. Além disso, foi analisado se o agente de inteligência conhece e emprega técnicas de avaliação de dados, seja no seu dia a dia ou até mesmo no processo de assessoramento, pois essa ferramenta deveria ser constantemente utilizada.

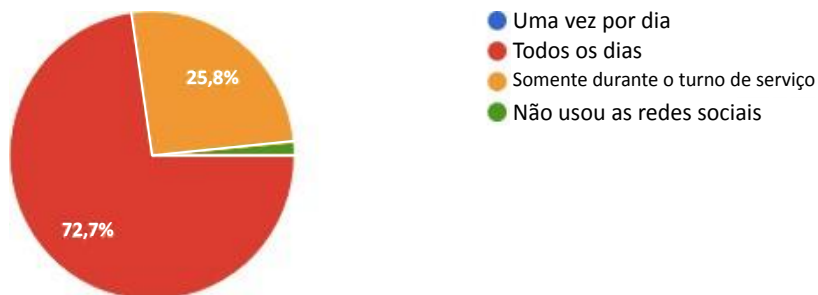
INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: COMO IDENTIFICAR ESSE PROBLEMA

No período de 03 a 26 de setembro de 2019, o questionário foi aplicado em dois grupos de profissionais militares, por meio do *WhatsApp*, com universo de 316 integrantes que são agentes da inteligência da Polícia Militar de Minas Gerais. Foram obtidas 66 participações, sendo assim foi possível construir os resultados abaixo.

Do total de 66 respostas, percebe-se que 6,1% são Soldados, 43,9% são Cabos, 19% são 3º Sargentos, 18,2% são 2º Sargentos, 3% são 1º Sargentos, 1,5% são Subtenentes, 6,1% são 1º Tenentes e 1,5% Tenentes-coronéis. Com esse resultado, pode-se perceber que a amostra corresponde a uma população maior de Praças da Polícia Militar, ou seja, profissionais de inteligência que, geralmente, estão atuando na rua/campo, trabalhando diretamente na obtenção de repasse de informações, quer seja na análise ou na busca de informações.

No que se refere à experiência profissional, aferiu-se que 40,9% têm 1 a 3 anos no serviço de inteligência, 21,2% têm 3 a 6 anos, 16,7% têm 6 a 9 anos, 7,6% têm 9 a 12 anos, 6,1% têm 12 a 15 anos, 6,1% possui 15 a 18 anos e 1,5% têm 18 a 21 anos. Com isso, foi possível identificar que 40,9% dos militares que responderam têm entre 1 e 3 anos trabalhando ou trabalhados no serviço de inteligência. Entretanto, pode-se perceber que a maioria, 59,1%, tem mais de 3 anos. Sendo assim, é possível inferir que a maioria desses militares têm experiência no serviço de inteligência, principalmente na busca e análise de informações, ou seja, muitos dos entrevistados têm um conhecimento básico sobre o serviço de inteligência de segurança pública.

Gráfico 1 - Você utiliza as redes sociais com frequência na execução da atividade de inteligência?



Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Observa-se que os profissionais utilizam as redes sociais com frequência, ou seja, 72,7% utiliza todos os dias, já 25,8% responderam que usam as redes sociais somente durante o turno de serviço e 1,5% não utilizam para o serviço policial. Podemos concluir que os militares recorrem a vários recursos, dentre eles as redes sociais, para obter ou repassar alguma informação de inteligência de segurança pública, possivelmente pela frequência do uso dessas redes durante o turno de serviço.

GRÁFICO 2 - Durante o serviço, quando você recebe uma mensagem por meio das mídias sociais, você tem o costume de repassá-la?



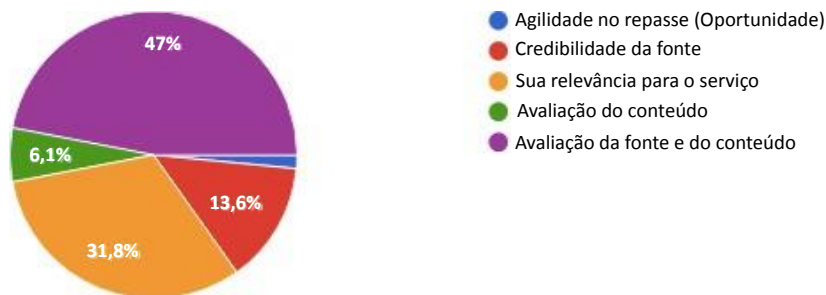
Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Perguntado se há o costume de repassar uma mensagem

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: COMO IDENTIFICAR ESSE PROBLEMA

recebida via redes sociais durante o serviço, 45,5% responderam que só repassam uma mensagem após verificarem a fonte e o conteúdo. 27,3% responderam que, dependendo da fonte, repassam de imediato. 22,7% repassam somente após verificarem o conteúdo, 1,5% sempre repassam as mensagens e 3 % não repassam nenhum tipo de mensagem. Por meio das respostas dadas, pode-se aferir que os militares se preocupam em verificar o conteúdo e a fonte de uma mensagem.

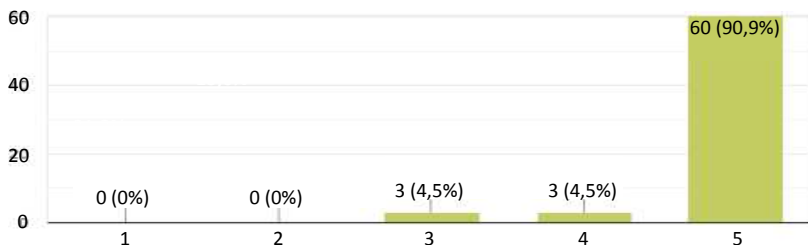
Gráfico 3 - Durante o serviço, quando você precisa encaminhar uma mensagem recebida por meio das mídias sociais, você prioriza?



Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Indagado o militar acerca do que ele prioriza ao encaminhar uma mensagem recebida por meio das mídias sociais, 47% dos profissionais de Inteligência priorizam a avaliação da fonte e do conteúdo, 31,8% priorizam sua relevância para o serviço, 13,6% priorizam credibilidade da fonte, 6,1% priorizam a avaliação do conteúdo e 6,1% priorizam a agilidade no repasse. Somente 1,5% priorizam a oportunidade. Com as respostas dadas pelos militares, nota-se que a maioria prioriza avaliar a fonte e o conteúdo antes de encaminhar mensagens recebidas por meio das mídias sociais.

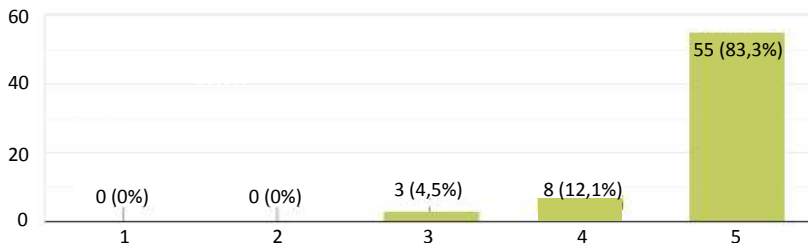
Gráfico 4 – Você acha importante avaliar o conteúdo de uma informação antes de repassá-la? Em uma escala de 1 a 5, em que 1 é pouco importante e 5 é muito importante:



Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Foi perguntado para os militares se eles acham importante avaliar o conteúdo de uma informação antes de repassar e, grande parte da amostra, 90,0% respondeu que acha muito importante.

Gráfico 5 - Você acha importante avaliar a fonte de uma informação antes de repassá-la? Em uma escala de 1 a 5, em que 1 é pouco importante e 5 é muito importante:

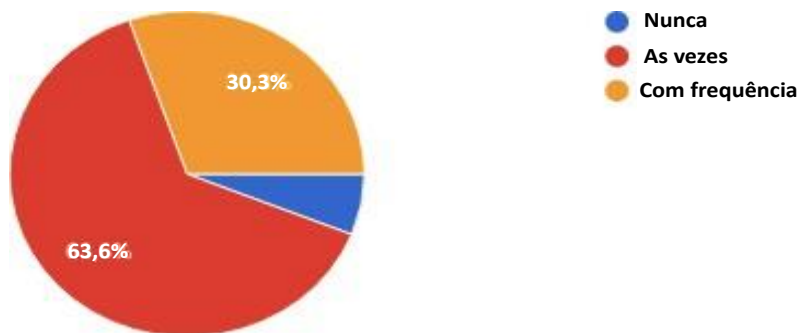


Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Para o quesito avaliação da fonte de uma informação, 83,3% respondeu que é muito importante a avaliação antes de repassar uma informação.

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: COMO IDENTIFICAR ESSE PROBLEMA

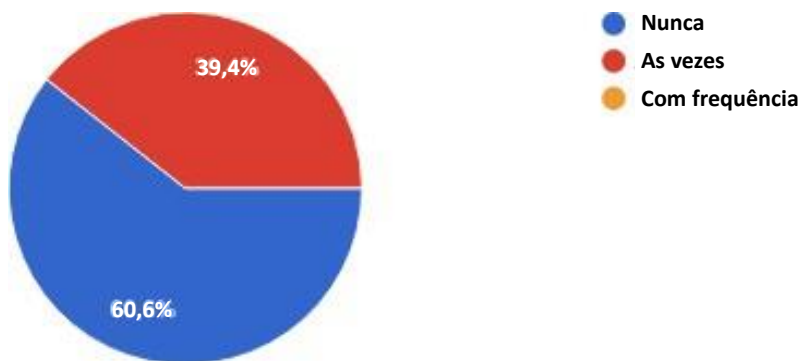
Gráfico 6 - Na atividade de inteligência você já recebeu alguma informação improcedente, por meio das mídias sociais, de fonte considerada idônea?



Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Perguntados sobre o recebimento de algum tipo de informação improcedente através das mídias sociais, de fonte considerada idônea, observa-se que 63,6% dos agentes, às vezes, recebem informações falsas e 30,3% recebem com frequência informações improcedentes de fonte considerada idônea. Ou seja, 93,9% do total da amostra receberam informações falsas de fonte idônea. Isso leva-nos a entender que, mesmo tomando todos os cuidados em avaliar a fonte e o conteúdo, o militar acaba recebendo algum tipo de informação improcedente, corroborando, em partes, com a hipótese apresentada. Afinal, conforme exposto, 27,3% repassam de imediato uma informação recebida de uma fonte idônea, inferindo-se que ainda há agentes que realizam repasse sem fazer a TAD, ou seja: checar a fonte e o seu conteúdo.

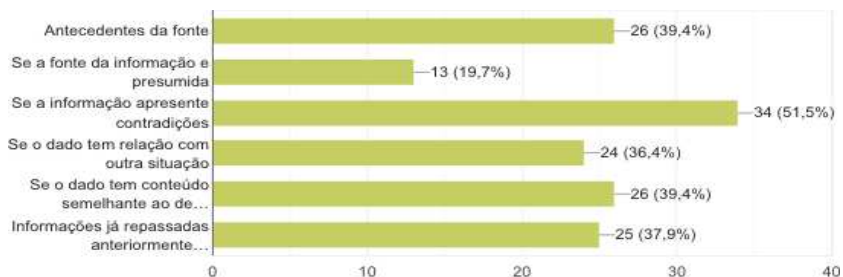
Gráfico 7 - Você já repassou alguma informação para o sistema de inteligência, por meio das mídias sociais, que posteriormente constatou ser inverídica?



Fonte: Dados da pesquisa 2019.

Ao perguntar para o militar se ele repassou alguma informação que posteriormente constatou ser inverídica, 60,6% responderam que nunca repassaram, 39,4% às vezes já repassaram informações inverídicas. A última pergunta do questionário teve como objetivo identificar se o agente de inteligência utiliza técnica de avaliação de dados para informações recebidas via mídias sociais. Eis que 39,4% verificam o antecedente da fonte, 19,7% verificam se a fonte da informação é presumida, 51,5% verificam se a informação apresenta contradições e 36,4% verificam se o dado tem conteúdo semelhante.

Gráfico 8 - Quando da avaliação de alguma informação recebida, por meio das mídias sociais, você geralmente verifica:



Fonte: Dados da pesquisa 2019.

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: COMO IDENTIFICAR ESSE PROBLEMA

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, a internet possibilitou que um maior número de informação seja disponibilizado *on-line*, dessa forma, qualquer indivíduo se torna um vetor ou receptor de uma informação.

Por outro lado, o uso sistemático das redes sociais, pelos profissionais de inteligência de segurança pública, possibilita maior agilidade no envio e recebimento de informações. A todo momento, o profissional de inteligência se depara com mensagens que poderão ser utilizadas na produção do conhecimento e assessoramento dos tomadores de decisão. De igual modo, também há o deparo com as chamadas *fakes news*, seja no serviço diário ou no círculo de amizade.

Saber identificar uma notícia falsa ou uma desinformação não é uma tarefa fácil, necessitando de recursos materiais, suporte tecnológico e capacidade intelectual, além de treinamento especializado na área de inteligência para lidar com os tipos de informações propagadas nas redes sociais.

Com o mesmo entendimento, Gonçalves (2018, p.124) afirma que "o maior problema do analista ao lidar com fontes abertas é [...] identificar o que é relevante, processar toda essa informação e extrair daí um conhecimento de inteligência [...]". Verifica-se, então, que o uso da *internet* como meio de obtenção de conhecimento e de sua propagação em meio ao grande volume de dados torna-se um desafio, pois nem toda informação disponível é aproveitável à produção de conhecimento de inteligência.

Nesse viés, este trabalho procurou fazer uma pesquisa bibliográfica sobre desinformação, *fake news* e o serviço de inteligência de segurança pública – em especial o Sistema de Inteligência da PMMG – e como os profissionais de inteligência procedem ao receber uma informação, bem como identificar as

ferramentas e disponíveis e os cuidados tomados ao repassar uma informação recebida via rede sociais.

Para tanto, partiu-se do problema a seguir: como o agente de inteligência de segurança pública, policial militar, identifica uma desinformação ou *fake news* e quais os meios disponíveis para checar sua veracidade?

Durante pesquisa de campo, por meio de questionário aplicado a um efetivo de 66 (sessenta e seis) profissionais de inteligência, constatou-se que nem todos têm a devida atenção ao repassar uma informação, pois 39,4% da amostra afirmou que, às vezes, são repassadas informações por meio das mídias sociais e que posteriormente constatou-se tratar de inveracidade. Além disso, apesar de 45,5% afirmarem que só repassam uma informação após verificar o conteúdo e a fonte da mensagem, 54,5%, ou seja, a maioria, não tem a mesma preocupação.

Corroborando com os dados anteriores, no viés de que informações falsas circulam no meio da inteligência, 93,9% dos respondentes afirmam já terem recebido algum tipo de informação imprecisa de fonte considerada idônea, o que comprova, em parte, a hipótese apresentada de que o profissional de inteligência não avalia/cheça devidamente uma informação contida ou recebida pelas mídias sociais antes de repassá-la.

No que tange aos meios disponíveis para checar a veracidade da informação, a pesquisa bibliográfica apresentada denota que o profissional de inteligência poderá valer-se da técnica de avaliação de dados (TAD), ferramenta que visa avaliar a fonte e o conteúdo de uma informação antes do repasse. Sendo assim, o profissional de inteligência, ao usar a técnica, terá mais eficiência no julgamento da fonte e do conteúdo, dando maior credibilidade na análise e no repasse de uma informação.

Pelas respostas apresentadas no questionário, 47% afirmaram

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: COMO IDENTIFICAR ESSE PROBLEMA

que buscam avaliar a fonte e o conteúdo de uma mensagem recebida. Nesse sentido, conhecem a técnica de avaliação de dados, porém precisam aplicar melhor a metodologia. O avaliador estaria habilitado para definir a credibilidade do dado. Entretanto, pode haver um elemento intermediário entre a fonte e o avaliador, conhecido como canal de transmissão, este tem capacidade de captar, gravar e detalhar uma situação ou fato.

Entretanto, quando confrontado o dado de 93,9% dos profissionais de inteligência da amostra que afirmam já terem recebido algum tipo de informação improcedente de fonte considerada idônea, conclui-se que essa metodologia deve ser melhor aplicada, ou pelo menos conjugada, com o *fact checking* (checagem de fatos), quando o agente poderá utilizar as próprias redes sociais para apurar as declarações, a autenticidade de vídeos, imagens, áudios e textos propagados principalmente nas redes sociais.

Por fim, cabe destacar que um bom analista de inteligência deve selecionar os dados, avaliar, interpretar e entregar, além de utilizar os dados negados oriundos das operações de inteligência, completando assim o conjunto de informações necessárias para o assessoramento do tomador de decisão. Para tanto, tem-se à disposição uma ferramenta há tempos utilizada e consolidada no meio da inteligência: a técnica de avaliação de dados (TAD).

Não obstante, verificou-se nessa pesquisa que boa parte dos agentes de inteligência do SIPOM, apesar de conhecerem a técnica, não a utilizam ou usam-na de forma equivocada. Quando se trata de informações obtidas pelas mídias sociais, 27,3% dos agentes repassam de imediato uma informação recebida de uma fonte considerada idônea, o que comprova a hipótese que ainda há agentes que repassam informações sem fazer a TAD.

Entende-se que o tema é polêmico e deve ser estudado com mais profundidade, porém caberá ao profissional de inteligência

de segurança pública se preparar e se qualificar para prestar um melhor assessoramento aos tomadores de decisão. Isso ocorrerá com informações claras e precisas de fatos, no atual contexto das mídias e redes sociais, ferramentas nas quais as informações falsas (*fake news*) são propagadas cada vez mais rapidamente e sem controle.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Brasileira de Inteligência. **Política Nacional de Inteligência**. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao-de-inteligencia/coletanea-de-legislacao/politica-nacional-de-inteligencia/> Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. Agência Brasileira de **Inteligência**. Disponível em: Site <http://www.abin.gov.br/atividadeinteligencia/inteligenciaecontrainteligencia/inteligencia/> Acesso em: 02 de set. 2019a.

BRASIL. Agência Brasileira de Inteligência. **Contraineligência**. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/atividadeinteligencia/inteligenciaecontrainteligencia/c ontrainteligencia/> Acesso em: 02 de set. 2019b.

BRASIL. Ministério da Defesa, Exército Brasileiro - Comando de Operações Terrestres. **Manual Técnico: Produção do Conhecimento de Inteligência**, 1ª Ed 2019c. Disponível em: <http://www.bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3270/1/EB70MT10401.pdf> Acesso em: 15 de set. 2019c.

BRASIL. Lei n. 4.341, em 13 de junho de 1.964. Cria o Serviço Nacional de Informação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jun. 1.964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4341.htm#targetText=LEI%20No%204.341%2C%20DE%2013%20DE%20JUNHO%20DE%201964. Acesso em 13 de set. 2019.

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: COMO IDENTIFICAR ESSE PROBLEMA

BRASIL. Decreto n. 3.695, de 21 de dezembro de 2.000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3695.htm. Acesso em: 01 de set. 2019.

BIBLIA SAGRADA. A. T. **Livro dos Números**. Tradução de João Ferreira de Almeida Filho. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BRITO, Vladimir de Paula; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Poder informacional e desinformação**. 2017. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2901/14.%20PODER%20INFORMACIONAL%20E%20DESINFORMA%3%87%C3%83O.pdf?sequence=1> Acesso em: 29 de out. 2018.

CEPIK, M. A. C. **Espionagem e Democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CEPIK, M. A. C. **Regime político e sistema de inteligência no Brasil: legitimidade e efetividade como desafios institucionais**. Dados[online]. 2005, vol.48, n.1, pp.67-113. ISSN 0011-5258. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582005000100004>. Acesso em: 01 de set. 2019

CEPIK, M. A. C. and. AMBROS, Christiano C. **Explicando falhas de inteligência governamental: fatores histórico-institucionais, cognitivos e políticos**. *Varia hist.* [online]. 2012, vol.28, n.47, pp.79-99. ISSN 0104-8775. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752012000100005> Acesso em: 01 set. 2019.

EM DISCUSSÃO. **Espionagem Cibernética**. Ano – nº21 – julho de 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/espionagem-cibernetica> Acesso em 12 set. 2019.

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C.L.. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, Lisboa, v. 18, n. 32, p. 155-169, abr. 2018. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183-54622018000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 17 set. 2019.

DEZINFORMATSIA. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Dezinformatsia_\(book\)&oldid=916326778](https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Dezinformatsia_(book)&oldid=916326778). Acesso em 12 de set. de 2019.

FERREIRA, Gustavo de Castro. **Inteligência na Polícia Militar de Minas Gerais: Desvio de Conduta com objeto da Inteligência de Segurança Pública** - Belo Horizonte: Editora Vorto, 2018.

FIGUEIREDO, Lucas. **Mistério do Silêncio**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata**. 6ª. edição. Niterói: editora Impetus, 2018.

HAMADA, Hélio Hiroshi. **Utilização das Redes Sociais na produção de conhecimento de inteligência de Segurança Pública**. O Alferes, Belo Horizonte, 66 (25): 11-46, jul./dez. 2011. 11. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/view/250/0> Acesso em: 13 de set. 2019.

LEITE, S. S. (2014). O Emprego das Fontes Abertas no Âmbito da Atividade de Inteligência Policial. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, 5(1), 11-45. Disponível me: <https://periodicos.pf.gov>.

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: COMO IDENTIFICAR ESSE PROBLEMA

br/index.php/RBCP/article/view/193 Acesso em: 13 de set. 2019.

LEHMANN, B. T (2008). **Os Impactos da chamada sociedade do conhecimento nas ações de segurança pública, especialmente sobre a formulação de políticas e estratégias na polícia federal.** In: Miranda, Ana Paula Mendes de, Lima, Lana Lage da Gama. Org. Políticas Públicas de Segurança, Informação e análise criminal. Niterói: Ed. UFF, 2008.

KRAEMER, Rodrigo. Incompreensão Do Conceito De Inteligência Na Segurança Pública. **Revista Brasileira de Inteligência / Agência Brasileira de Inteligência.** Brasília, DF, n. 10, p. 70, dez. 2015. Disponível em:<http://www.abin.gov.br/conteudo/uploads/2016/02/RBI-10.pdf#page=74> Acesso em: 17 de set. 2019.

MENDES, Schertel Laura; DONEDA, Danilo e BACHUR, Paulo João. **Manipulação de informação, fake news e os novos desafios para a democracia.** Cadernos Adenauer XIX (2018), n. 4. *Fake news* e as eleições 2018. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2018. Disponível em: <http://eduardomagrani.com/wp-content/uploads/2019/05/PUBLICACAO-2019-KA-Cadernos-2018.4-site.pdf> Acesso em: 14 de set. 2019.

MINAS GERAIS. Decreto nº 46.096, de 30 de novembro de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais.** **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais,** Poder Executivo, Belo Horizonte, MG, 1 dez. 2012a. Caderno 1, p. 1-2.

MINAS GERAIS. Lei delegada n. 180, de 20 de janeiro de 2011. **Dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do poder executivo do estado, e dá outras providências.** Minas Gerais – **Diário do Executivo, Belo Horizonte, 21 jan. 2011b.**

Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=16134>. Acesso em: 01 de set. 2019.

PARANÁ. **Inteligência e Contraineligência**. Agência de Inteligência da Polícia Civil. Disponível em <http://www.aipc.policiacivil.pr.gov.br/modules/:conteudo/conteudo.php?conteudo=13> Acesso em; 13 de set. 2019.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; BRITO, Vladimir de Paula. **Em busca do significado da desinformação**. *DataGramZero*, v. 15, n. 6, p. A05, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/51758> . Acesso em: 14 de set. 2019.

RÁDIO DE CARATINGA. **Boato sobre nova greve de caminhoneiros**. Minas Gerais, 18 de set. de 2018. Disponível em: <http://www.radiocidadecaratinga.com.br/2018/09/03/boato-sobre-nova-greve-de-caminhoneiros-leva-milhares-de-consumidores-aos-postos-de-gasolina/> Acesso em: 10 de set. 2019.

SHULTZ, Richard H.; GODSON, Roy. **Desinformação: medidas ativas na estratégia Soviética**. Rio de Janeiro: Nordica, 1987. 187p.

SIGNIFICADOS. **Fake News**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/fake-news/> Acesso em: 10 de set. 2019.

SIGNIFICADOS. **Kgb**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/kgb/> Acesso em: 13 de set. de 2019.

SIGNIFICADOS. **WhatsApp**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/whatsapp/> Acesso em: 23 de set. de 2019.

SILVA NETO, Lúcio Ferreira da. **Potencialidades da Atividade de Inteligência para a prevenção de crimes cometidos pelas torcidas organizadas em Minas Gerais**. 2015. 87 f. Monografia

INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS: COMO IDENTIFICAR ESSE PROBLEMA

(Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública)
- Academia de Polícia Militar em parceria com a Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2015.

TRASEL, Marcelo. **A Eficácia da checagem de fatos no combate à desinformação**. Cadernos Adenauer xix (2018), n. 4. *Fake news* e as eleições 2018. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2018. Disponível em: <http://eduardomagrani.com/wp-content/uploads/2019/05/PUBLICACAO-2019-KA-Cadernos-2018.4-site.pdf> Acesso em: 14 de set. de 2019.

TZU, Sun. **A arte da guerra** / Sun Tzu; tradução de Sueli Barros Cassal. -- Porto Alegre: L&PM, 2006. 152 p.; 18 cm (Coleção L&PM Pocket). Disponível em: http://unes.br/Biblioteca/Arquivos/A_Arte_da_Guerra_L&PM.pdf Acesso em: 13 de set. 2019.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim *et al.* **Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento**. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 1-13, 2002. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_f589d25523_0007468.pdf Acesso em: 01 de set. 2019